

# Diário Oficial



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO ORGANIZADORA E EXAMINADORA DO VI TESTE SELETIVO PARA RESIDENTES  
EDITAL Nº 107/2025

A Comissão Organizadora e Examinadora do VI Teste Seletivo para Residentes da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, torna público o Gabarito definitivo da Prova Objetiva, bem como o Padrão de Resposta Definitivo da Prova Discursiva, referentes às provas aplicadas em 30 de novembro de 2025, conforme regulamentado pelo Edital do certame.

Após a regular apreciação dos recursos apresentados contra o gabarito preliminar das questões objetivas e contra o padrão de resposta da prova discursiva, a Comissão decidiu PROVER PARCIALMENTE os recursos interpostos, exclusivamente para ANULAR as questões objetivas nº 22 e nº 23, atribuindo-se a respectiva pontuação a todos os candidatos, independentemente da alternativa assinalada.

Quanto às demais questões impugnadas, os recursos foram INDEFERIDOS, mantendo-se integralmente o gabarito anteriormente divulgado.

1. DO GABARITO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

|       |        |        |        |        |        |        |        |
|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1 - C | 6 - D  | 11 - B | 16 - D | 21 - C | 26 - D | 31 - C | 36 - B |
| 2 - B | 7 - C  | 12 - B | 17 - B | 22 - X | 27 - D | 32 - D | 37 - B |
| 3 - B | 8 - C  | 13 - B | 18 - A | 23 - X | 28 - B | 33 - A | 38 - C |
| 4 - C | 9 - B  | 14 - C | 19 - C | 24 - B | 29 - B | 34 - D | 39 - C |
| 5 - A | 10 - A | 15 - B | 20 - B | 25 - A | 30 - C | 35 - B | 40 - B |

2. DO PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA

(i) Condição jurídica / natureza dos interesses atingidos

- Pessoas em situação de rua como grupo vulnerabilizado (hipervulnerabilidade);
- Fundamentos constitucionais: dignidade da pessoa humana, igualdade material, assistência social;
- Lesão a interesses coletivos ou individuais homogêneos decorrentes de práticas estatais seletivas.

(ii) Instrumentos cabíveis (mínimo 03: 01 judicial + 02 extrajudiciais)

|   |                 |         |                        |
|---|-----------------|---------|------------------------|
| – Ação  | Civil           | Pública | (Lei nº 7.347/85);     |
| – Recomendações   | administrativas | e       | ofícios requisitórios; |
| – Termo de  | Ajustamento     | de      | Conduta (TAC);         |
| – Participação em Conselhos, audiências públicas e mecanismos de controle social. |                 |         |                        |

(iii) Provas e articulação institucional

- Relatos padronizados (NUDEV), atas de inspeção, registros fotográficos, mapeamento das ações de zeladoria urbana;
- Articulação com rede socioassistencial, Secretaria de Assistência Social, equipes de abordagem, MNPR, Ouvidoria e órgãos de controle.

3. RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES IMPUGNADAS

QUESTÃO 21: RECURSO DESPROVIDO

Na hipótese de defesa conflitantes, cabe ao Defensor Público solicitar a atuação de um membro distinto, e não simplesmente recusar a atuação, haja vista que a Defensoria Pública, efetiva representante processual do acusado, poderá prestar assistência jurídica

QUESTÃO 22: RECURSO PROVIDO

A resolução 353, em seu art. 20, parágrafo sexto, aponta o Defensor Geral ou a quem ele indicar como responsável por nomear outro Defensor para atuação.

QUESTÃO 23: RECURSO PROVIDO

De fato, a alternativa apontada como correta indica o título exequendo como judicial, quando, na verdade, nos termos do art. 784, IV, do CPC, teria natureza extrajudicial.

QUESTÃO 36 - RECURSO DESPROVIDO

A assertiva impugnada está em consonância com a legislação processual penal vigente. Nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal, ao receber o auto de prisão em flagrante, incumbe ao juiz, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal, converter o flagrante em prisão preventiva — quando presentes os requisitos legais — ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

A redação legal é expressa ao atribuir ao magistrado o dever de proceder à análise do estado de liberdade do custodiado no momento da audiência de custódia, não condicionando a concessão da liberdade provisória à provocação do Ministério Público ou da defesa. Trata-se de controle judicial obrigatório e imediato da legalidade e necessidade da prisão, decorrente do próprio comando legal e dos princípios constitucionais da liberdade pessoal e da excepcionalidade da prisão cautelar.

A vedação à decretação de prisão preventiva de ofício, prevista após as alterações introduzidas pela Lei nº 13.964/2019, não se confunde com a concessão de liberdade provisória. Enquanto a prisão preventiva representa restrição ao direito fundamental de locomoção e exige requerimento da parte legitimada, a liberdade provisória constitui medida favorável ao acusado e decorre diretamente do dever judicial de controle da legalidade da custódia.

Assim, não há falar em violação ao contraditório, à ampla defesa ou ao devido processo legal. Ao contrário, a possibilidade de concessão de liberdade provisória independentemente de requerimento expresso reforça a tutela das garantias fundamentais e a função contramajoritária do Poder Judiciário no controle das prisões cautelares.

Dessa forma, a assertiva está correta, razão pela qual mantém-se o gabarito, restando indeferido o recurso.

Questão 39 – RECURSO DESPROVIDO

Recurso interposto contra o gabarito da questão objetiva nº 4, no qual o(a) candidato(a) sustenta a existência de ambiguidade no enunciado ao afirmar que não seria possível identificar com precisão o local da infração, havendo dúvida se a conduta ocorreu na Comarca A ou na Comarca B. Alega o recorrente que a expressão utilizada permitiria duas interpretações tecnicamente válidas: a aplicação do art. 72 do Código de Processo Penal, que trata da hipótese de local ignorado, ou a aplicação da regra da prevenção prevista no art. 70, §3º, do mesmo diploma legal.

Após detida reavaliação, a Banca conclui que não há ambiguidade no enunciado e que a redação conduz, de forma clara e unívoca, à aplicação do art. 70, §3º, do CPP. O enunciado não descreve hipótese de “local ignorado”, requisito indispensável para incidência do art. 72, mas sim situação em que a conduta está circunscrita a duas comarcas determinadas, sendo a dúvida restrita à definição de qual delas foi o local da consumação. A expressão “há dúvida se a conduta ocorreu na Comarca A ou B” reflete precisamente a previsão legal de local incerto entre duas jurisdições, hipótese em que a competência se fixa pela prevenção, conforme comando expresso do art. 70, §3º.

Em conclusão, não se verifica qualquer vício de formulação, razão pela qual o recurso é indeferido, mantendo-se o gabarito originalmente publicado.

QUESTÃO DISCURSIVA - RECURSO DESPROVIDO

O padrão de resposta preliminar da questão discursiva encontra-se adequado ao enunciado proposto, aos objetivos avaliativos do certame e à metodologia típica de correção de provas discursivas, não merecendo reparos.

Inicialmente, cumpre registrar que a questão foi estruturada de forma aberta e orientativa, delimitando eixos temáticos mínimos a serem abordados pelo(a) candidato(a), sem prejuízo da liberdade argumentativa. O espelho, por sua vez, não possui natureza exaustiva ou taxativa, mas parâmetro de correção, destinado a assegurar isonomia, objetividade e coerência na avaliação das respostas.

No tocante ao item (i), referente à condição jurídica da população atingida e à natureza dos interesses envolvidos, a referência a fundamentos constitucionais no padrão de resposta não extrapola o comando da questão. A identificação da situação de vulnerabilidade social e da natureza dos interesses transindividuais pressupõe, de forma indissociável, o reconhecimento de sua proteção constitucional, notadamente à luz dos direitos fundamentais e do regime jurídico da tutela coletiva. Trata-se, portanto, de conteúdo implicitamente exigido, compatível com a formação jurídica esperada dos(as) candidatos(as), especialmente em certame voltado à atuação institucional da Defensoria Pública.

# Diário Oficial



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCIII • Nº 16058

Defensoria Pública

Natal, 17 de dezembro de 2025

Quanto ao item (ii), relativo aos instrumentos judiciais e extrajudiciais cabíveis, o espelho corretamente indicou a Ação Civil Pública como medida judicial adequada, por se tratar do instrumento típico e prioritário para a tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, especialmente quando envolvidas políticas públicas e violações estruturais de direitos fundamentais. A escolha da Ação Civil Pública como referência no padrão de resposta não impede o reconhecimento de outras construções argumentativas eventualmente apresentadas pelos(as) candidatos(as), desde que juridicamente consistentes e pertinentes ao caso concreto, o que é próprio da correção discursiva.

Assim, o espelho não exigiu conteúdo estranho ao enunciado, não restringiu indevidamente o raciocínio jurídico do(a) candidato(a) e tampouco impôs respostas únicas ou excludentes. Ao contrário, preservou o equilíbrio entre objetividade avaliativa e liberdade argumentativa, atendendo aos princípios da razoabilidade, da isonomia e da segurança jurídica na correção.

Diante disso, conclui-se que o padrão de resposta preliminar está correto, coerente e compatível com a questão proposta, devendo ser mantido integralmente, com o consequente indeferimento dos recursos interpostos.

4. PARA FINS DE CORREÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E APROVAÇÃO NO CERTAME, NOS TERMOS DO ART. 26 DO EDITAL, FICAM REAFIRMADAS AS SEGUINTE DISPOSIÇÕES:

§ 6º. O candidato que não obtiver 50% (cinquenta por cento) ou mais de acertos nas questões objetivas não terá sua prova subjetiva corrigida, sendo desclassificado do certame.

§ 7º. Para fins de classificação final, a nota da prova objetiva será somada à nota da prova subjetiva, resultando em valor máximo de 100 (cem) pontos.

§ 9º. Será aprovado na segunda etapa o candidato que obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos, sendo esta etapa classificatória e eliminatória.

Natal/RN, 16 de dezembro de 2025.

DANIEL VINICIUS SILVA DUTRA  
Presidente da Comissão  
RENATO CAVALCANTI DUARTE GALVÃO  
Vice-Presidente  
CLÁUDIA CARVALHO QUEIROZ  
Membro Titular  
IGOR MELO ARAÚJO  
Membro Titular  
RAFAEL GOMES DE QUEIROZ NETO  
Membro Titular  
RAYSSA CUNHA LIMA C. DOS SANTOS  
Membro Titular

# Diário Oficial



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCIII • Nº 16058

Defensoria Pública

Natal, 17 de dezembro de 2025



### PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://deim.sdoe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=0SIMIJKEJK-I00PIVKD3S-P2TH9ZW2VI>.

### Código de verificação:

0SIMIJKEJK-I00PIVKD3S-P2TH9ZW2VI

